

MEMÓRIA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA FÓRUM FLORESTAL BAHIA
LOCAL: Hotel SARANA, Praia de Taperapuan – Porto Seguro
DATA: 18, 19 e 20 de novembro de 2015
Lista de presença

Nomes	Instituição
1- Oscar Artaza	1- Secretaria Executiva
2- Marcia Marcial	
3- Rodrigo Borges	2- Instituto BioAtlântica - Ibio
4- Almir Requião	3- Manguezal Meu Quintal
5- Sérgio Andrade	4- Natureza Bela
6- Francisco Júnior	
7- Beline Passos	5- Instituto de Apoio e Proteção Ambiental - IAPA
8- Romildo Afonso da Silva	6- Assoc. Comunitária. Beneficente Nova Caráiva - ASCBENC
9- Célio Roberto C. Costa	7- Associação dos Moradores de Costa Dourada
10- Rayssander Conte	
11- Rosa Penzza	
12- Rafael Penza	8- Fundação Jupará
13- Tony Pinheiro	
14- Daniela Pereira	
15- Thiago Rizzo	9- Fibria
16- Vitor Trigueirinho	
17- Narciso Luiz Loss	
18- Claudia Bustamante	10- Diálogo Florestal Chileno
18- Miriam Prochnow	11- Diálogo Florestal
19- Waldir Paixão Graciano	12- Assoc. Moradores Comunidade Oliveira Costa
20- Sueli Abad	13- Movimento de Defesa de Porto Seguro - MDPS
21- Danilo Sette	
22- Ricardo Montagna	14- Associação Cultural Arte e Ecologia – ASCAE
23- Guilherme Baquião	15- 2Tree Consultoria
24- Alessandro Marques	16- Econamfi
25- João Carlos Pádua	16- Universidade Estadual Santa Cruz - UESC
26- Alexandre Di Ciero	17- Suzano
27- Mariana Andreatta	
28- Jurene Silva	
29- Lomarck Pureza	

30- Rose Elena Mazzer	
31- AlvaroByczkowski	
32- Renato Carneiro	18- Veracel
33- Virgínia Camargos	
34- Humberto Amoedo	
35- Karina Zamprogno	
36-Francine S. Poletti	19- Fórum Desenvolvimento Sustentável Conceição da Barra
37- Ernandes Ferreira	20- Faculdade Pitágoras
38- Juliana R. D. Neves	21- Engenheira Ambiental



Dia 18 de novembro- Manhã

Tema: Gestão e conservação de recursos hídricos

Parte prática: - Visita a vertedouro da Veracel com a presença do Eng. Florestal Arthur Vrechi

Tarde: Parte teórica: Prof. Silvio Ferraz ESALQ/USP e Arthur Vrechi

Debate e planejamento de ações

Dia 19 de novembro– Manhã

Das 8h às 10h foram realizadas as reuniões setoriais para leitura e preparo dos temas da pauta. Em seguida, o secretário executivo deu início aos trabalhos, enumerando os temas da pauta e as modificações que foram inseridas, como a mudança de horário de apresentação do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da área de recuo do litoral de Mucuri, que passou a ser o primeiro assunto a ser tratado.

1.- Apresentação do resultado do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da área do recuo do litoral de Mucuri e continuidade do processo para elaboração do Plano Participativo de Uso e Ocupação

Em sua apresentação, o representante do consórcio Econamfi/UESC ressaltou que o diagnóstico surgiu de uma demanda do Fórum Florestal e que a metodologia utilizada priorizou o levantamento socioeconômico, com dados primários e secundários, e a caracterização ambiental, com mapeamento da cobertura e uso da terra e registros de campo. Ao fazer um breve histórico dos trabalhos relatou que, foram realizadas reuniões em 7

localidades e que culminaram com a apresentação dos resultados ao grupo de apoio local, no dia 17 de novembro, quando foram levantadas críticas em relação ao trabalho, principalmente com relação ao número de pessoas que tem casa na região e as que de fato moram no área de estudo.

Informou que foram aplicados 142 questionários com pessoas da Praia 2, Jessuel, Coqueiros, Sossego e Lençóis. Apresentou tabelas com os níveis de ocupação na área de estudo, sexo e estado civil, origem, nível de escolaridade e faixa de renda mensal dos entrevistados. Mostrou que foram levantados os problemas existentes na área de recuo e uma sugestão de projetos (por tema) a serem implantados a partir do estudo e apresentou gráficos com cobertura e uso da terra. Disse ainda que foram mapeados no diagnóstico qual a quantidade de recursos hídricos, entre os quais rios e mangues, da região contemplada.

Nas considerações finais, o estudo apontou que o recuo do cultivo do eucalipto sem uma estratégia antecipada gera o surgimento de atividades direcionadas principalmente a invasão das terras (...) e sugere-se que as empresas juntamente com, o Fórum Florestal, as comunidades e poder público do município, discutam o destino das áreas antes do recuo do cultivo.

O representante da Fibria observou que os moradores da Praia 2 questionaram o fato de que a área de recuo em questão não é uma faixa contínua de 300 metros a partir da preamar ao longo de todo o litoral e sim parcelas de áreas plantadas com eucalipto as quais estão localizadas a menos de 300 metros da preamar. A preocupação dos moradores é com o fato de que existe ocupação antiga e legítima na área e deve ser caracterizado claramente a distinção entre os que moram legitimamente na região dos oportunistas e invasores.



Remanescentes de restinga na área de estudo.

Outro representante da Fibria frisou que existe uma discrepância de dados muito grande nas praias Jessuel e Sossego. O representante do consórcio Econamfi/UESC informou que na praia do Sossego foram entrevistadas 11 pessoas e que número de casas vai acima de 11.

Por sua vez, o representante da Suzano argumentou que o número de invasões é um dado muito importante para a empresa e que deve entrar no resultado. Considerando este dado o mais importante, solicitou a mudança da cor das áreas invadidas para vermelho e verde para as residências antigas.

O representante da Econamfi/UESC falou da dificuldade em cruzar os dados para identificar o número de pessoas por família/casa e de que nas oficinas tinham pessoas que atrapalhavam o trabalho, sendo que na última em Mucuri houve pressão para que o resultado fosse do interesse delas, o que foi uma barreira enfrentada durante todo o levantamento. Notou que existe na região uma ausência do poder público e dos principais serviços públicos. O representante da Fibria afirmou que o estudo pontua algo importante que é a ausência do poder público e que nas reuniões com a presença dos vereadores locais eles reforçaram a questão da falta de estacionamento. Já o representante de Oliveira Costa criticou a atitude da Suzano em não tomar posse das áreas invadidas. O representante da Econamfi/UESC afirmou

que o estudo apontou as famílias que historicamente residem no local e as áreas com ocupação antiga, lembrando que os que estão colocando os piquetes e invadindo não são essas famílias.

O representante da Fibria lembrou que no último GT do Fórum Florestal e na reunião em Mucuri foi deliberado que em algumas áreas não é possível o recuo do eucalipto, senão vai virar especulação, e que em outras áreas onde foi feito o recuo as empresas devem voltar a plantar eucalipto até que seja elaborado o plano de uso e ocupação. Para o representante da Suzano o problema não será resolvido apenas com o plantio de eucalipto nas áreas invadidas e lembrou que supressão de restinga é crime ambiental. O representante da Fibria considerou importante colocar essa informação no relatório.

O representante do IAPA falou que nos casos de supressão de restinga e de árvores a Secretaria Municipal de Meio Ambiente pode embargar, multar e acabar com o crime enquanto não se resolve na esfera judicial. Lembrou que crimes ambientais não ocorrem de uma vez e que a comunidade tem que pressionar o poder público, já que pelo diálogo não está resolvendo. O representante de Costa Dourada observou que tanto a secretária de Meio Ambiente de Mucuri quanto os fiscais sofrem ameaças de morte e o representante da Fibria disse que a empresa recebeu solicitação da Rebio para apoiar a PM com alimentação para fazer um monitoramento melhor, pois a Caema tem só 6 PMs para atuar em todo município de Mucuri.

O secretário executivo interferiu e pediu que a plenária enumerasse as ações que consideram adequadas para diminuir os problemas observados no litoral de Mucuri. Citou que entre as propostas estão a elaboração do Plano de Uso e Ocupação, com aditivo para a Econamfi/UESC ou a abertura de novo edital para contratação. Lembrou que a maioria das ressalvas ao Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental surgiu na plenária que outras poderão sair do grupo de apoio local que tem até o dia 04 de dezembro para enviar correções e comentários. Mencionou que uma das questões é que a área do recuo não é toda linha dentro dos 32 km. Outra é o número de famílias que se consideram proprietários. Perguntou se o relatório poderia ser aprovado com as observações suscitadas na plenária.

O representante da Fibria frisou a necessidade de comparativo com dados do IBGE. Já o representante da Suzano falou que é preciso separar joio do trigo e se trabalhar diferente com pessoas que estão lá há mais de 30 anos, antes da cultura do eucalipto, e tem tradicionalidade, pois tem muito oportunismo nesta história, e que a questão merece aprofundamento. O secretário executivo lembrou que a questão já havia sido colocada e o representante da Fibria reforçou que a questão veio antes da reunião do GT e até antes mesmo da elaboração do diagnóstico, com tratativa diferenciada para quem já morava na região, sendo as outras tratadas no âmbito jurídico. Que deve-se gerar projetos e plano participativo com este foco.

Outro representante da Fibria requereu que conste no relatório quais as principais famílias que estão em cada comunidade, afirmando que dá para incluir de forma que não dê problema jurídico. Para o representante da Suzano não há problema em colocar que família está há 30, 40 anos, já que é autodeclaração. Outra representante da Suzano ressaltou que é importante ter essas informações para trabalhar posteriormente. Por sua vez, a representante da Fundação Jupará, exemplificando com a criação da associação dos moradores do centro histórico de Itabuna, avaliou que deve ser feito o cadastramento das famílias tradicionais e costurar o tecido social, pois tem muito patrimônio afetivo, que não cabe a quem está de fora e que plantar eucalipto no litoral está impactando uma paisagem cultural tombada.

O representante da Fibria recordou que o corte do eucalipto foi feito porque o prazo para implantação do acordo estava vencendo e que a empresa fez teste nas primeiras áreas

recuadas e começaram as invasões. Analisou que todo o processo é um aprendizado e que considera que a comunidade merece recuo. Mas que nas decisões futuras, antes do fechamento do acordo, deve-se trazer especialistas, para não fazer acordos por achismo, tendo cuidado com as boas intenções. E questionou o quanto o Fórum Florestal está maduro para tomar certas decisões.

A representante da Veracel recordou a experiência da empresa na localidade de Mundo Novo, onde foram mapeadas famílias para trabalhar na área de recuo, e quando eucalipto saiu, da noite para o dia, com a terra pronta para plantar foi ocupada por invasões e a empresa perdeu o timing das pessoas que iriam ocupar a terra até a reintegração de posse.

O representante da Veracel aproveitou para alertar sobre uma situação na região que para ele está se tornando crônica que são os oportunistas que invadem áreas para especulação, diferente do movimento de ocupação dos últimos anos, que tem como mote a reforma agrária, com milhares de famílias que precisam da terra para sobreviver com dignidade. Comentou que é um grande desafio social e que se tem por parte do estado uma omissão que é grave, porque se está destruindo construções importantes para a sociedade. Avaliou que não se deve fazer nada de forma isolada, discutindo com sociedade. E que as empresas nem o FF podem estar sozinhos nisso e tem que ser muito assertivo na ação. Enfatizou que as empresas têm um projeto de beneficiar quase 2 mil famílias e que existe certa blindagem do estado em não apoiar a Justiça na reintegração de posse, gerando uma situação complicada, pondo em risco o acordo, além do desgaste da imagem, pois se noticia nas rádios e jornais um discurso que não é verdadeiro, que empresas estão invadindo terras devolutas. Afirmou que o Fórum Florestal tem que persistir, mas que a sociedade e o Judiciário precisam saber o que está sendo feito para não prejudicar o andamento dos acordos já estabelecidos entre a empresa e movimentos sociais.



Supressão de vegetação de APP na Praia 2, Mucuri, 23/5/2015.

Em relação a continuidade do processo para elaboração do Plano de uso e ocupação, o secretário executivo reiterou a indicação do representante da Suzano de não se tomar nenhuma posição e aguardar correção do relatório do diagnóstico com sugestões da plenária e do grupo de apoio local, sendo levado para decisão na plenária de março de 2016.

Sobre o questionamento do representante da Suzano se a plenária iria aguardar todas as revisões possíveis do relatório ou iria tomar decisão no momento, o representante da Fibria propôs que neste instante só se deveria fazer ações mitigadoras e que se deveria aguardar a conclusão do relatório, com todas as informações para resolver. O representante da Suzano solicitou que constasse em ata porque foi tomada essa decisão, até para saber qual escopo do próximo trabalho.

O representante de Oliveira Costa lembrou que o diagnóstico foi apresentado ao grupo de apoio local e aprovado com ressalvas. E solicitou à Suzano que amplie sua presença nas áreas invadidas de forma a ter ciência da situação atual. Ainda sugeriu a empresa participasse de um pequeno grupo multidisciplinar que estará na área no dia 11 de dezembro, na Praia 2, com o objetivo de juntar membros da comissão de meio ambiente da Câmara de Vereadores de Mucuri e empresas para conhecer a realidade da comunidade.

O secretário executivo comentou aos membros da plenária que, tanto o grupo de apoio local quanto o GT discutiram a problemática das invasões que estão ocorrendo na Praia 2 e Coqueiros e o encaminhamento foi de que as áreas que foram recuadas, sejam imediatamente replantadas, que as empresas tomem posse novamente. Já que o acordo diz que deve ser recuado após o plano de uso e ocupação do local. Falou que se deve retroagir uma vez que está constatado que foi um erro adiantar o recuo sem a prévia elaboração do plano de uso e ocupação.

Após isso, se seguiu discussão intensa sobre o que seria feito nas áreas que foram recuadas e estão sendo alvo de ocupações irregulares. A representante do MDPS indagou em relação ao fato de que se for novamente plantado eucalipto nas áreas já recuadas e depois a comunidade decidir, ao elaborar o plano de uso e ocupação, que será necessário retirar o plantio se este deverá esperar o fim do ciclo. O representante da Suzano afirmou que a regra é não cortar antes do ciclo, pois é jogar dinheiro pela janela, mas que a empresa está aberta a analisar e conversar sobre casos específicos.

O representante de Oliveira Costa frisou que na Praia 2 tem área de 10 ha que foi recuada e na qual a comunidade tem interesse de projetos sociais, mas que a terra é da empresa e não pode permitir a continuidade das invasões e das vendas ilegais de lotes. A empresa tem que cercar, tomar posse das áreas dela e botar as pessoas para fora.

O representante do IAPA avaliou que as empresas devem ocupar novamente as áreas para impedir novas invasões e plantar madeira mais fina, para outros fins, que pode ser retirada antes de 7 anos.

O secretário executivo recordou que dos 111 ha passíveis de recuo, menos de 10 ha estão dando dor de cabeça por conta das invasões. O representante do Natureza Bela ressaltou que é preciso saber quando o eucalipto vai ser cortado e dos 111 ha qual idade e onde estão. O representante da Fibria reforçou que é necessário o cronograma de corte e o plano participativo pronto para se tomar decisão do que será feito nas áreas. A representante da Suzano alertou que sem o escopo fechado da próxima contratação pode-se errar no termo de referência – TR e não se obter o produto esperado.

Sobre a posição do representante de Oliveira Costa de que a empresa devem tirar os invasores das áreas, o secretário executivo citou que propriedade de grande empresa é diferente de uma propriedade particular qualquer. E o representante da Veracel salientou que empresas têm imagem a zelar e devem atuar no limite restrito da lei, com solicitação de reintegração de posse.

O representante da Veracel falou que a empresa tem mais de 11 mil ha de área invadida e repetiu que é necessário que a sociedade saiba que os processos de invasão são prejudiciais, inclusive para o interesse da própria comunidade. E que é preciso fazer denúncia sistematizada, falar com o Judiciário, com políticos, que as invasões estão tolhendo outras oportunidades para a comunidade.

O representante do Natureza Bela sugeriu o plantio de mata nativa, alternativamente, para retomada das áreas das empresas no litoral de Mucuri.

*

A representante da Fundação Jupará considerou que há uma grave crise de institucionalização e uma falta de representação do FF dentro das comunidades tradicionais. E que FF ou empresas têm que fortalecer estas comunidades. O representante do IAPA ressaltou que a

pesquisa feita pelo consórcio Econamfi/UESC deveria funcionar como um cadastro, apontando os bons vizinhos que se quer privilegiar com projetos.

O secretário executivo mencionou que parte das casas que estão fechadas são de veranistas e que estes não serão contemplados com projetos de geração de renda. O representante de Oliveira Costa afirmou que comunidade não entende porque a Suzano não retomou as áreas invadidas, que a comunidade é parceira. O representante da Suzano avaliou que o fato de plantar não vai resolver o problema e que a empresa vai enfrentar o problema e para isso conta com o apoio da comunidade.

Outro representante do Natureza Bela argumentou que a sugestão de plantar mata nativa nas áreas é muito oportuna, e se fizer um acordo com MP a mata nativa pode ser retirada a qualquer hora e que hoje é mais fácil desmatar mata atlântica do que há seis anos, e que plantar mata atlântica tem outro viés, inclusive juridicamente. Sugeriu ainda que poderia fazer parte do plano de ocupação que a área que está sendo invadida seja parque, porque inibe a ocupação irregular. O representante da Suzano argumentou que o objetivo de se plantar na área já recuada é ocupar rapidamente a mesma para conter a invasão da área e que para este objetivo, o plantio de eucalipto é mais apropriado do que o plantio de nativas, sendo que se a definição do trabalho indicar que o melhor uso seja implantação de floresta nativa na área, pode ser feito o manejo do eucalipto, inserindo espécies nativas secundárias no sub-bosque e ir manejando o eucalipto até o estabelecimento completo da mata nativa. Com isso todos da plenária concordaram e seguiu-se para os encaminhamentos.

Encaminhamentos-

- Elaborar cadastro dos moradores
- Visita 11 de dezembro – Praia 2 e Lençóis
- Plantar imediatamente eucalipto nas áreas recuadas (eucalipto puro, nativas ou misto)
- Finalizar o Diagnóstico
- Empresas apresentarão o cronograma de corte no GT de fevereiro

Em relação a tornar público à sociedade o problema das invasões de terras, a Suzano propõe trazer o tema novamente ao debate como forma de definir melhor o alcance, objetivo e formas de realizar essa ação.

2.- Apresentação do controle de pragas e doenças nos plantios de eucalipto

Atendendo solicitação de membros do FF, a representante da Veracel fez, em nome das 3 empresas florestais, a apresentação do controle da lagarta *Thyrinteinaarnobia* (lagarta-parda-do-eucalipto) nos plantios de eucalipto. Informou que a lagarta é uma praga nativa, com alto potencial de dano e rápida disseminação, que ataca várias espécies, como café e goiaba. Existem registros de surtos nas culturas de eucalipto não só na Bahia. Explicou como é o ciclo da lagarta, que varia de 40 a 56 dias, indo de pupa a fase adulta, quando vai multiplicar por no mínimo 10 vezes, pois cada mariposa pode colocar de 700 a 1200 ovos. Esclareceu que houve surtos na região em 2014 e 2015 e que um dos motivos é que, com o aumento da temperatura, nasceram mais lagartas do que os predadores naturais conseguiram exterminar, pois o calor propicia o aumento das lagartas ao mesmo tempo em que acarreta uma diminuição dos predadores. Quando ocorre esse fenômeno, há um desequilíbrio e ocorrem os problemas de surto.

O dano potencial ao eucalipto ocorre quando a lagarta come as folhas das plantas e quando a desfolha ocorre em ciclos sucessivos a planta morre. No caso do eucalipto, dependendo da intensidade do ataque, a redução na produção de madeira pode variar de 13% a 40%. Revelou que as empresas realizam monitoramentos contínuos para garantir o mapeamento das ocorrências e o acompanhamento geral da sanidade florestal. O mais comum é o manejo integrado de praga, e não controle, que é um conjunto de ações ou medidas adotadas para manutenção da praga fora do nível de dano. Afirmou que o monitoramento da praga consiste em verificar periodicamente a presença da praga na cultura ou danos por ela ocasionados, com sistemática do monitoramento definido por cada empresa e vistoria operacional, no qual áreas são monitoradas a todo instante, a depender da quantidade de lagartas é recomendado o controle para evitar dano econômico. Segundo ela, o controle biológico tem como pontos positivos o fato de ser seletivo, não apresentar risco ao meio ambiente, animais e pessoas e proporcionar reiteração do equilíbrio natural (presa x predador). Já no controle biológico é utilizado um inseticida composto a base de microrganismos, capaz de paralisar o ciclo biológico de um inseto. A bactéria *Bacillus thuringiensis* está presente no ambiente, natural do solo e água e é bastante utilizada no controle de lagartas devido a sua seletividade e por não representar risco a saúde humana e de animais.

A bactéria produz cristais de proteína, que ao serem ingeridos pela lagarta, causam a morte do inseto. Falou ainda que o controle químico mata não só a lagarta como também o predador, causando mais desequilíbrio.

Perguntada se as empresas têm controle sobre a aplicação aérea, mencionou que toda aeronave é específica, dotada de GPS e *shapes* com localização das áreas aplicadas, e que o MAPA faz controle da documentação e ANAC regula plano de voo, afirmando que não tem erro de o produto cair onde não devia. E que na fase adulta o controle é feito com armadilhas



luminosas. Em relação aos surtos de 2014 e 2015 na região, falou que a hipótese mais provável é a mudança climática, com inverno quente e sem chuva há mais de 70 dias. Lembrou que a praga não respeita cerca e que se eu faço controle e o vizinho não faz, a lagarta do vizinho pode comer minha plantação do mesmo modo. Sobre as áreas dos fomentados, o representante da Veracel afirmou que através da Aspex eles contratam os mesmos equipamentos utilizados nos plantios da empresa. Ressaltou que com a ADAB vai se feito um mapeamento das áreas vizinhas aos plantios de eucalipto para saber quais culturas existem, tamanho das áreas e se os vizinhos querem participar do plano integrado de controle da praga. Com relação ao último surto, o representante da Veracel disse que acoplado ao programa de controle, a empresa se antecipou com um diálogo com comunidades, explicando o que seria aplicado, quando seria aplicado, e que não teria problemas para a saúde, que não iria perder equilíbrio biológico da região nem dizimar inimigos naturais. A representante da Veracel pediu que os membros do FF levem a informação sobre a lagarta a mais pessoas e que orientem que não precisam migrar para um produto químico.

O representante da Aspex informou que ADAB já divulgou um comunicado onde as empresas e demais produtores de eucalipto possuem o dever de controlar eventuais surtos, como o da lagarta parda, que venham a ocorrer. Desta forma, cabe aos eucaliptocultores executar ações para tal controle.

O representante do IAPA argumentou que na sua região ocorreu um susto por causa da desinformação e que houve uma falha das empresas florestais que disseram que houve reuniões nas comunidades do entorno onde colocou controle biológico, mas que as reuniões não ocorreram in loco e sim numa sala em Teixeira de Freitas. E que se acontecer outros surtos deve-se informar as secretarias de meio ambiente da região, para que as secretarias ajudem a disseminar as informações corretas. O representante da Fibria concordou que os diálogos operacionais deveriam ter sido mais intensificados. A empresa foi até as comunidades, mas houve falhas, pois o tempo entre a notificação e a aplicação ficou muito próximo e as pessoas não ficaram cientes das aplicações.

A representante da Veracel avaliou que por ser uma questão nova, a empresa dentro do seu programa de educação ambiental vai voltar as comunidades e ver a percepção, qual o impacto da aplicação e ter retorno.

3.- Monitoramento da cobertura vegetal nos municípios de influência da Veracel,

a) apresentação dos resultados finais;

b) apresentação de propostas de divulgação pública dos resultados.

Os representantes do IBIO e da Econamfi, em nome do consórcio IBIO-Econamfi-Leec/Unesp apresentaram os resultados da 2ª etapa do monitoramento da cobertura vegetal nos 10 municípios de influência da Veracel.

Foram apresentados mapas de uso da terra de cada um dos 10 municípios e de sete bacias hidrográficas que compõem a área. Associados aos mapas de uso da terra foram apresentadas tabelas destacando os números das classes de uso da terra que tiveram as maiores mudanças entre os anos de 2006/07 e 2013 e gráficos que evidenciaram tais mudanças nas classes.

O representante do MDPS fez ponderações sobre a classificação do uso da terra do ano de 2013 para o município de Itagimirim. O cruzamento de dados do ano de 2006/07 com o ano de 2013 apresentava discrepâncias em relação a uma classe de uso.

Os representantes do Consórcio se comprometeram a revisar os dados, corrigi-los e disponibilizarem a versão revisada final à plenária do Fórum Florestal.

Encaminhamentos:

- Todas as instituições que aplicam esse tipo de informação como ferramenta de planejamento local precisam utilizar melhor os resultados do monitoramento;

- Verificar estratégias de divulgação conjuntas com a contratante, consórcio IBIO-Econamfi-Leec/Unesp, Fórum Florestal, OSCs que atuam na região e com a UFSB;

- O Secretário Executivo sugeriu elaborar um só mapa que consolidasse as mudanças ocorridas entre os anos de 1990, 1996, 2001, 2007 e 2013.

- Verificar a possibilidade da UFSB replicar os treinamentos para melhor uso da informação gerada no território; e

- Ampliar o monitoramento para os limites do Extremo Sul.

4.- Apresentação da experiência de Diálogo florestal no Chile

A representante do Diálogo Florestal Chile, Claudia Bustamante, esclareceu que o processo do Diálogo Nacional no Chile surgiu em 2009 quando se juntaram muitas organizações do sul do Chile, preocupadas com o impacto do setor florestal, pois é uma região que tem muitos problemas com comunidades indígenas. Informou que havia temas que podiam ser resolvidos com as empresas Arauco e CMPC, outros que podiam abordar através do FSC e outros pela legislação, mas era muito lento. Em 2010 conheceu experiência do Diálogo Florestal no Brasil, durante uma reunião do FSC, em São Paulo. E depois de muita conversação, em 2013, se formou um conselho diretor e se estabeleceu um plano de trabalho.

O propósito é implementar um processo de diálogo para assegurar práticas que resultem em mudanças concretas nos territórios, onde são dirigidas, em conjunto, as questões sociais e ambientais críticas sobre o impacto do setor florestal e ao mesmo tempo identificar e incidir conjuntamente em temáticas prioritárias de alcance regional e nacional. Destacou a diferença entre o jeito de ser dos brasileiros e dos chilenos, que usam passeata ou negociação e não o diálogo. Por isso, foram feitas muitas jornadas para aprender a dialogar.

Informou que atualmente estão trabalhando em 3 temas: restauração da escala de paisagem florestal, proteção de bacias de abastecimento de água e desenvolvimento econômico local e do trabalho digno (produtos florestais não madeireiros - PFNM).

Sobre o sistema de governança explicou que se divide em grupos de trabalho técnico (restauração e desenvolvimento econômico local), comitê diretor, secretaria executiva, encontros ampliados e mesas territoriais. E que as mesas territoriais correspondem ao FF, onde se implementam as ações no território, os acordos regionais e nacionais e se levantam as propostas de temas que só podem ser resolvidos em escala nacional. Abordou que atualmente estão trabalhando na construção do protocolo de coleta de produtos florestais não madeireiros, com ações para acessos a área das empresas florestais, identificação das zonas de coleta em plantios florestais; capacitação aos coletores para que não destruam. Esclareceu que este trabalho é feito com comunidades tradicionais, não necessariamente indígenas, que vivem perto das plantações florestais e este protocolo permite que eles se organizem e cuidem da floresta. E que o protocolo vai ser firmado pelo FSC. Ressaltou que o Diálogo Florestal chileno trabalha em 2 territórios onde já havia um trabalho conjunto de organização da sociedade civil: um na cordilheira Nahuelbuta, onde ocorrem conflitos com os mapuches e outro na região de Los Rios. E que os territórios definem suas prioridades, depois apresentam para as empresas. Em seguida, trabalha-se em locais prioritários, com identificação de temas críticos. Se definem as propostas e ações e se assina um plano com responsabilidade e prazos.

Comentou que no Chile tudo é muito formal e o plano é firmado juridicamente.

Sobre a pergunta se os plantios florestais são feitos em 100% das áreas e o que se preserva, o secretário executivo informou que os plantios florestais no Chile estão em morros e que se planta o morro todo. E que existem bosques nativos, onde podem ser retiradas espécies a partir do plano de manejo. A secretária executiva chilena disse já foi plantado até a borda dos rios, mas está sendo discutido a faixa de proteção dos rios e córregos. Frisou que recentemente, na definição das áreas onde vai se fazer a restauração, conseguiram juntar as 4 empresas da zona para fazer gestão do território e que as empresas fazem monitoramento das suas áreas, mas não do todo. E que a diferença do processo do Brasil é que os órgãos públicos participam. Mas que depois de firmado o plano, todos se comprometem com as ações. Disse que no Chile existem populações muito pobres e afastados, sem acesso ao serviço público e nas ações o governo se compromete a melhorar abastecimento de água, estrutura, estradas.

Citou que último produto que tiveram foi na bacia do Río Collilelfu, onde identificaram onde estavam as nascentes e as microbacias e vai servir para saber quais medidas tomar para proteger esse curso d'água. Afirmou que foi um trabalho muito detalhado, complementando informações técnicas, ambiental e social, e que pode ser compartilhado com o Diálogo Florestal brasileiro.

Indagada sobre quem é responsável pelas informações, a secretária executiva chilena explicou que nas mesas territoriais empresas e comunidades têm uma equipe técnica permanente, uma pessoa que dirige a mesa, um encarregado ambiental, outro social, apoiados pelos acadêmicos.

Concluindo, a secretaria executiva chilena elucidou que o tema do impacto dos plantios apareceu quando fizeram um diagnóstico na área das plantações florestais e que o diálogo surgiu quando disseram: o que fazemos? A partir daí surgiu o diálogo cujo objetivo é o bem-estar das comunidades tradicionais, que estão no entorno dos plantios. E afirmou que onde o Diálogo Florestal chileno está trabalhando as comunidades conhecem a iniciativa, mas que é um trabalho de formiga.

Finalizando, o secretário executivo propôs que a cooperação entre as experiências de diálogo brasileira e chilena seja mantida e fortalecida, propôs ainda que seja avaliada a possibilidade de incluir outros países na cooperação, como Argentina e Uruguai em função das similaridades, tanto das empresas envolvidas quanto nos modelos de plantio, assim como um envolvimento direto da Secretaria do Diálogo Nacional nesse processo de cooperação.

Dia 20 de novembro – Manhã

5.- Comentários sobre o Caderno comemorativo

Antes de franquear a palavra, o secretário executivo agradeceu ao grupo presente e parabenizou pelos 10 anos de caminhada. A seguir, o representante do Manguelal Meu Quintal considerou que o FF mudou radicalmente sua visão sobre o eucalipto, pois chegou para malhar e acabou aprendendo. O representante da Fibria avaliou como importante a mensuração dos acordos, incluída no caderno, pois foram colocadas informações que são mais palpáveis e acessíveis ao público, além de divulgar o trabalho que é feito, mostrando toda a relevância do FF. O representante da ASCBENC avaliou que o caderno trouxe para todo o grupo clareza muito grande do trabalho que FF tem feito, desejando mais sucesso para todos.

O representante de Costa Dourada argumentou que começou a participar do FF em 2012 e depois do acordo do recuo em Mucuri começou a levar para a comunidade onde teve avanços, incentivando para que conheçam o trabalho do FF, que é um espaço para resolver os conflitos entre comunidade e empresas.

O secretário Oscar Artaza aproveitou para lembrar um comentário realizado pelo representante do Natureza Bela que disse que o caderno tinha que ir além de comemoração dos 10 anos e ser uma prestação de contas do que FF está fazendo. Para ele, o caderno mostra para a sociedade que o colegiado tem dificuldades, que tem resultados concretos e quer fazer muito mais. O capítulo final sobre os desafios é um corolário de que não é só comemorar, mas dizer para sociedade quais são os nossos sonhos e como podemos melhorar. Frisou que o FF tem muito ainda a fazer, muitos desafios a vencer e precisa sempre prestar contas do que está fazendo.

A representante da Veracel avaliou como importante não só divulgar, mas incentivar outros setores a fazer outra rede como o FF, incentivar outros grupos a se formar, a se unirem. E falou de como é emocionante a forma como o FF dialoga. A representante da Fundação Jupará afirmou que tirou experiências bacanas dos 9 anos que participa do FF e que em nenhum momento pensou em desistir e que irá fazer o possível para o fortalecimento da base, que precisa chegar até o FF de forma institucionalizada. O representante de Oliveira Costa frisou que alguns acordos firmados para a sua região não teriam sido conseguidos jamais se não fosse o FF. E exemplificou com a extinção dos fornos de carvão ilegal, que trazia geração de emprego e renda, mas todo mundo da região era conhecido como bandido. Destacou que a sinalização das estradas de acesso ao litoral da sua região também foi ganho, pois antes era um risco mandar os visitantes de uma localidade para outra.

O secretário executivo observou que nem tudo são flores e que uma das dificuldades foi conseguir imagem dos acordos, pois o FF não tem um banco de imagens e que se deveria ter memória fotográfica do que estamos interferindo. E comentou que é preciso melhorar os indicadores dos acordos, construir novos indicadores e definir melhor o monitoramento desses indicadores, quem vai monitorar e qual o tempo que vai ser monitorado. O representante do IAPA considerou que é preciso fazer mais e que está há 2 anos no FF discutindo sobre Costa Dourada e que gostaria que a discussão se expandisse para sua região que faz parte do FF e também tem assuntos polêmicos. E sugeriu que quando alguma pessoa solicitar a abordagem de algum tema seja perguntado à mesma se a explicação foi satisfatória. E apontou um erro na legenda da página 35 do caderno, que diz ser falésia o que é erosão. Sugeriu ainda que a secretaria executiva adquira um gravador para registrar as reuniões e a gravação seja utilizada para dirimir dúvidas. O secretário executivo argumentou que sempre se optou pela memória das reuniões, como construção coletiva, com os aspectos mais relevantes e inserção de falas e comentários que se fizerem necessários. Após alguns membros do FF tecerem comentários pró e contra a utilização do gravador, decidiu-se pela registro em áudio das reuniões plenárias a partir de 2016.

Por sua vez, o representante do Manguezal Meu Quintal pediu para registrar em ata sua menção honrosa ao ex-secretário executivo Paulo Dimas que foi um dos incentivadores da universidade no FF. Finalizando o tema, o secretário executivo se disse satisfeito com o resultado do caderno, argumentando que chegou a ter dúvida se ele ia ficar pronto, e que na próxima publicação se esforçar para ter os dados com mais facilidade.

Encaminhamentos:

- Montar banco de imagens
- Melhorar os indicadores, a coleta de dados e estabelecer o prazo

6.- Apresentação da visita de campo e das propostas de encaminhamento do tema: gestão e conservação dos recursos hídricos

Iniciando o debate, o representante da Fibria ponderou que iniciativas como a visita de campo lhe agradam muito, pois traz mais ciência, enriquece a discussão e favorece o processo da empresa de melhoria contínua. E propôs que sempre que surgir um tema técnico seja usada a mesma iniciativa. O secretário executivo reforçou que o objetivo é nivelar informação para todos terem uma base comum para ter ideia melhor de onde chegar com esse tema, que preocupa a todos e é extremamente atual. Lembrou que na manhã do dia 18 foram com o engenheiro florestal Arthur Vrechi até um dos vertedouros da Veracel e lá ele mostrou como se faz coleta das amostras, como funcionam os sensores, de modo a entender como se mede,

se calcula a vazão. E à tarde teve uma aula magna do professor Silvio Ferraz, quem forneceu mais subsídios em relação ao tema de forma clara.

O representante do IAPA aproveitou para solicitar à representante da Suzano que sonde na empresa a possibilidade de reabertura do posto de visitação na Mata do Meio, que é uma área importante de vegetação nativa, com vários riachos. A representante da Suzano ponderou que o local é uma área de alto valor de conservação, com monitoramento constante e vigilância, mas que mesmo assim é vítima de furto de nativas e de caça, assim como outras áreas. E que por enquanto a empresa não cogita no momento realizar novas ações de educação ambiental no local, porém que está aberta a debater o assunto em outra oportunidade.

Voltando à temática, a representante da Fibria informou que a empresa trabalha com um software, que é uma forma mais barata e eficiente de calcular a vazão do que vertedouro. Ainda complementou que são necessárias séries históricas de pelo menos 30 anos para obter estudos conclusivos sobre ditas áreas. E a representante da Veracel sugeriu que, já que todas as empresas fazem parte do Promab, que o primeiro passo é que o Promab liste as dificuldades observadas e identifique quais as regiões ou áreas frágeis/estratégicas do ponto de vista da conservação da água.

O secretário executivo indagou a respeito de se a quantidade de vertedouros representa uma amostragem significativa de nossos recursos hídricos e ainda se existem em bacias críticas. O representante do Natureza Bela recomendou que o GT aborde a possibilidade de agregar as informações em cima do levantamento da cobertura vegetal, e que é preciso acontecer esse ambiente de agregar conhecimento, agregar mais representação para enriquecer o processo.

A representante da Veracel argumentou que o trabalho pode ser feito com um profissional da área hídrica que vai orientar as empresas no que pode ser melhorado, com uma base de dados para a região, e depois vai replicar em vários pontos. Argumentou que a questão hídrica poderia ser trabalhada de forma similar a como foi realizado com o planejamento dos mosaicos florestais e propôs que o FF se aboque a desenhar um mosaico hídrico. O representante da Fibria reforçou que talvez seja a hora de fazer um trabalho mais conjunto com informações da Veracel, Suzano e Fibria e traçar plano mais viável para o futuro.

Encaminhamentos-

- Mosaico hídrico: desenhar na próxima reunião do GT

7.- Ordenamento territorial: Uso múltiplo da madeira e da terra, continuação do debate sobre o modelo de ocupação da silvicultura

Nesse tema a plenária acolheu proposta do GT de aguardar o resultado dos monitoramentos das coberturas vegetais para retomar o assunto com informações atualizadas.

8.- Apresentação das despesas de 2015 e orçamento para 2016

O representante do IBIO realizou a apresentação de contas do ano de 2015. As despesas e receitas foram debatidas e aprovadas pela plenária. Na sequência o secretário executivo iniciou a apresentação da proposta orçamentária para o ano de 2016 comentando que em geral a proposta orçamentária teve um aumento dos valores considerando a inflação do período. Porém, que dois aspectos tiveram alteração significativa em relação a 2015.

O primeiro aspecto relatado pelo secretário executivo foi o aumento do valor para comunicação, uma vez que a secretaria executiva propõe a publicação ao longo de 2016 de boletins informativos bimestrais, com objetivo de tornar o trabalho do FF mais conhecido

regionalmente. A proposta é publicar um boletim com tiragem de dois mil exemplares a cada dois meses.

A segunda alteração diz respeito ao aumento do valor disponível para deslocamento, hospedagem e alimentação do secretário executivo, uma vez que a proposta é de fortalecer o modelo de trabalho iniciado com o grupo de apoio local criado em Mucuri e expandí-lo para outras duas localidades a serem definidas na reunião do GT de fevereiro. Ainda nesse assunto o secretário executivo comentou com a plenária a necessidade de transformar o reembolso de despesas de hospedagem e alimentação, atualmente sendo realizada por meio da apresentação de notas fiscais pelo sistema de recibo de diárias e que este valor da diária seria para 2016 de R\$ 270,00 como constante da planilha do orçamento proposta. O secretário justificou o pleito comentando que é muito freqüente que gastos realizados não são reembolsados pelo fato de que muitos estabelecimentos ainda são informais e não possuem nota fiscal.

A plenária se manifestou a favor da proposta orçamentária aprovando-a por unanimidade.

9. - Agenda de trabalho 2016 – Datas, locais e temas

O secretário executivo expôs para a plenária a intenção de replicar a experiência levada a cabo em Mucuri, com a constituição de grupos de trabalhos locais, com pautas específicas, com o objetivo de aumentar a permeabilidade do FF em outros municípios e comunidades. Argumentou que as reuniões envolveriam só deslocamento do secretário executivo e dos representantes das empresas, com definição no GT de onde e com quem vai ser feito o trabalho. O representante da Fibria destacou que é preciso ter muito cuidado quando lida com poder público e que é importante envolver outros atores das empresas. O representante de Costa Dourada concordou com a proposta, pois para ele é uma forma de levar informações do FF para dentro do município específico. A representante da Fibria questionou em quantas reuniões vai ter a presença do poder público, alertando que se for em toda reunião vão querer barganhar e utilizar como moeda de troca.

Em seguida, o secretário executivo recordou que a plenária trabalhou um tempo atrás numa matriz de planejamento e que foi decidido em reunião anterior que os temas continuam até que se esgotem. E que os temas que estão sendo trabalhados e continuarão em 2016 são: água, uso múltiplo e plano de uso e ocupação da faixa de recuo em Mucuri.

Na seqüência, foi apresentada a proposta de agenda para 2016, que depois de revista e aprovada ficou da seguinte forma:

Agenda de 2016

Datas das reuniões:

GT: 25 e 26 de fevereiro (Porto Seguro)

Plenária: 17 e 18 de março (Teixeira de Freitas)

GT: 19 e 20 de maio (Teixeira de Freitas)

Plenária: 16 e 17 de junho (Porto Seguro)

GT: 18 e 19 de agosto (Porto Seguro)

Plenária: 15 e 16 de setembro (Teixeira de Freitas)

GT: 20 e 21 de outubro (Teixeira de Freitas)

Plenária: 17 e 18 de novembro (Porto Seguro)

10.- O que houver

O representante do Manguetal Meu Quintal falou da visita que fez a Helvécia e da satisfação em ver que a comunidade reconstruiu o aspecto físico do quilombo. Informou que conversou com membros da Associação Quilombola de Helvécia e fez convite para que a organização volte a participar das reuniões do FF. O representante de Oliveira Costa mencionou o arrendamento da fazenda São Joaquim pela Suzano e pediu que a empresa levasse em consideração as famílias que trabalhavam no local, pois vão ser mais algumas famílias que migrarão para o litoral. O representante do IAPA agradeceu a todos pela compreensão e paciência que tiveram com ele e que seu objetivo é comungar em conjunto, somar. E desejou a todos um bom natal e um próspero ano novo. O representante da ASCBENC ressaltou que a reunião foi muito proveitosa e também desejou boas festas a todos. A representante da Fundação Jupará afirmou que 2015 foi para ela um ano de grandes conquistas, com a instituição do Fórum do Diálogo do Cacau na sua região e aproveitou para desejar a todos um feliz ano novo. A representante de Fórum de Desenvolvimento Sustentável de Conceição da Barra destacou que através do FF Bahia, estão sendo retomados os trabalhos do FF do Espírito Santo. A representante do Diálogo Florestal agradeceu pela oportunidade de participar da reunião e parabenizou pelos trabalhos, considerando saudável o fato de não se ficar satisfeito com o que conquistou e querer mais. E sair de uma reunião que comemora e avalia e que sai com uma pauta costurada para o próximo ano. Lembrou que os desafios são cada vez maiores, em virtude da conjuntura política e climática, o que vai demandar o empenho de cada um a dar um pouco mais, mas tendo o FF como diálogo ajuda a dar algo mais. O secretário executivo finalizou os trabalhos agradeceu a todos pelos 3 dias fantásticos, agradeceu especialmente a Cláudia Bustamante e a Miriam Prochnow e desejou a todos boas festas e um feliz ano novo.

Sendo o que ocorreu, esta memória de reunião foi lavrada pela secretaria executiva.

Porto Seguro, 9 de dezembro de 2015